

Editorial

Prezadas leitoras, prezados leitores

*Sei que há léguas a nos separar,
Tanto mar, tanto mar
Sei também quanto é preciso, pá
Navegar, navegar
Chico Buarque*

E eis que chegamos ao primeiro número da Revista NAU Social a partir da curadoria exclusiva dessa nova dupla editorial. Dupla sorte, duplo desafio...

Dupla sorte porque os novos editores André Luis Nascimento dos Santos (UFBA) e Maria Amélia Corá (UFAL), em verdade foram agraciados por esse convite luxuoso da Escola de Administração da UFBA para dar continuidade aos passos trilhados por esse periódico. Uma revista consolidada no meio acadêmico e, mais que isso, portadora de um público cativo, que a acompanha e que torce pelo prosseguimento de sua pegada contrahegemônica, o vigor da NAU Social decorre da sua trajetória de vanguarda. Esse caminhar é, em verdade, fruto do esforço, dedicação e engajamento investidos pela professora Rosana Boullosa (UNB) e pelo professor Ives (UFCA) ..., ambos, mais que editores, realizadores, desbravadores desses mares interdisciplinares que a gestão social e as políticas públicas nos permitem navegar. Nossos respeitos, nossa profunda gratidão a essa dupla que nos passou o bastão com tanto esmero, com tanto cuidado, com tanta responsabilidade e, sobretudo, com tanto afeto. Nesse período de transição, mais do que a passagem do *check list* e o passo a passo de uma revista, nos foi passado, sobretudo, o *savoir faire* de uma rede de afetos compartilhados em prol de uma causa maior, qual seja, um mundo melhor, mais justo, mais humano, mais livre e emancipado.

Por esses nossos mares de dupla sorte residem também os nossos mares de duplo desafio... A esses novos editores cabe uma série de obrigações que nos implicam publicamente com o presente e o futuro dessa revista. A NAU Social carrega no seu DNA um sonho que não pode jamais ser traído, ela é uma revista que se consolidou por um caminhar de curadorias contrahegemônicas, sendo um espaço de publicação destinado a leituras e narrativas historicamente negligenciadas pelo *mainstream*. Desse modo, interessa-nos continuar publicando escritos que refletem distintas tradições do pensamento crítico, onde as interseções entre o campo dos direitos humanos, das políticas públicas, da gestão social e das diversidades possam coabitar e nos conduzir rumo a mares mais repletos de democracia plena. Essa que é uma revista interdisciplinar, para além de conteúdos teóricos, continuará engajada em divulgar também as produções empíricas, ensaísticas e tecnológicas, favorecendo assim a ecologia marítima dos saberes.

Essa edição que ora apresentamos para a comunidade de leitores da NAU Social, muito embora não traga tantos artigos que tratam diretamente de aspectos sociais envolvendo a Pandemia da Covid-19, é, sim, uma publicação que espelha os dramas e dilemas de um Brasil Pandêmico, um país profundamente martirizado pelo cenário de crise sanitária cada vez mais agravada pelos contextos de desmonte institucional, esfacelamento das políticas públicas de recorte social e insegurança alimentar.

Por outra via, notamos no processo de curadoria, a presença de muitos artigos que tratam de temáticas pautadas em soluções redentoras no campo da gestão social e das políticas públicas destinadas a determinados enclaves do país que, se por um lado, sozinhas não são capazes de resolver todos os nossos dramas nacionais, por outro, articuladas em rede, guardam, sim, potenciais oportunidades de transformação, emancipação e esperança social.

Sim, queridos leitores, a esperança é um valor que não podemos nos dar ao luxo de abandonar, sobretudo, nesse momento em que a necropolítica anda tão em voga, naturalizando em números frios vidas humanas, as tornando estatisticamente inominadas. No momento da escrita desse editorial, chegamos à triste marca de 400 mil brasileiros mortos pela COVID-19. Parafraçando aqui mais uma vez o poeta Chico César, “se números frios não tocam a gente, espero que nomes possam tocar...”.

Nessa mesma semana que fechamos esse editorial, comemorou-se em terras lusitanas as bodas pela Revolução dos Cravos. Nada mais prosaico que em estando nós içando nossas velas para singrar nossa NAU Social ao mar, “Tanto mar, tanto mar” de Chico nos remete aos anos de chumbo que ficaram para trás e oxalá, não retornem mais! Em um cenário mundo (e nacional), onde a democracia enfrenta cotidianamente tantas agressões, é também do esperar a coragem para navegar, navegar.

Diria Dona Canô, falecida matriarca santamarense da família dos Velosos, “para ser feliz, é preciso ter coragem!”. E coragem não nos falta para seguir viagem. A Bahia de Todos os Santos é grande, mas o Brasil, é bem maior. - Seu moço, pra onde assopra mesmo esse vento que nos leva? Muitos são os ventos que sopram neste número da NAU Social.

Iniciemos pois pela seção dos Diários de Bordo. Aqui, temos dois artigos nos quais, cada um ao seu modo, tratam de agendas no campo da gestão social articuladas ora de modo macro, ora de modo micro. No primeiro, **Controle social e desenvolvimento na perspectiva da Gestão Social e do Bem Viver: estudos de casos na Argentina, Brasil, Chile e Equador** de modo ambicioso, trata da gestão social e do bem viver a partir da metodologia de análise de política comparada, onde Argentina, Brasil, Chile e Equador são vistos em perspectivas. Já em **gestão social e cidadania deliberativa na gestão de conselho curador da Fundação UNIRG**, por sua vez, articula gestão social e cidadania deliberativa a partir do conselho curador da Fundação UNIRG.

Adentrando a seção dos Novos Territórios, encontramos, pois, um conjunto de seis artigos onde possibilidades redentoras disputam territórios com a realidade dramática do Brasil Pandêmico. Aqui, mais uma vez, queridos leitores, precisaremos articular os dados da realidade contemporânea, em princípio, nada alvissareiras com as possibilidades de reconstituição dos tecidos sociais esgarçados pela necropolítica. Ao fim e ao cabo, o que está em jogo é o nosso hoje e o nosso amanhã, seja pela manutenção daquilo que as políticas necrológicas de recorte neo liberal ainda não conseguiram destruir, seja pela roteirização das políticas públicas que precisarão ser retornadas, realinhadas, reeditadas para a viabilização dos direitos humanos.

O primeiro desses artigos intitulado por **O campo de políticas públicas na encruzilhada: aproximações teórico-metodológicas entre os estudos críticos, o pragmatismo e a gestão social** é talvez o argumento demarcatório da encruzilhada na qual Exu, o Hermes afrobrasileiro, se nos coloca na contemporaneidade no campo da compreensão e abrangência das políticas públicas. Nesse sentido, estamos a experienciar um momento de escolhas, definições e alinhamentos entre a civilização e a barbárie, entre o entendimento das políticas de modo mais restritivo ou mais abrangente, entre as noções estadocentricas e as possibilidades mais disruptivas de modos a inserirmos nos nossos campos de visão, olhares de mundo mais sociocentricos. Esse é certamente um farol que nos anima a transcender os contextos mais regressivos e repressivos aos quais nos encontramos nos últimos tempos da nossa república.

O segundo artigo dessa seção, **Para distinguir amigos/inimigos da Covid-19: a aliança entre o coronavírus e o governo brasileiro**, demarca justamente o território habitado pela necropolítica, ou seja, quando o Estado, a partir das suas potestades, decide, de modo premeditado, aqueles que tem chances de viver e aqueles que devem morrer pela sua inação ou ação articulada e engajada. O argumento central desse artigo é justamente a associação deliberada do Estado em prol do potencial devastador da COVID-19, ao que até agora já transformou em inominados mais de 400 mil vidas brasileiras. O Brasil dos próximos

anos precisará render as devidas homenagens para essas tantas pessoas que partiram e deixaram essa morada terrestre, esse será o primeiro passo para tal como vaticinava um jovem poeta e cantador da década de 1980, “Abrirmos a cabeça, Para que, afinal, floresça, O mais que humano em nós”...

Seguindo o fluxo dessa NAU Social, adentramos ao terceiro artigo dos Novos Territórios, qual seja, **Violência sexual conjugal: gênero e transgeracionalidade em histórias orais no sul do Brasil**, aqui, continuamos a refletir as gramáticas da violência, agora na dimensão do doméstico, no mundo da casa, no mundo dos relacionamentos, onde as histórias de vida refletem as memórias dolorosas da violência conjugal e suas perspectivas de gênero e transgeracionalidade.

Pensando no lado das encruzilhadas que apontam para a esperança, chegamos aos quatro últimos artigos desta seção das novas territorialidades. Artigos que como apontamos mais acima, colocam luzes sobre experiências recentes que embora por se só não tenham a capacidade de transcender todos os nossos dramas nacionais, se articuladas de modo sistêmico, nos conduzem a grandes avanços sociais.

Assim, em **Inserção e institucionalização da política pública de economia solidária na agenda governamental** nos traz a leitura de como a ação da sociedade civil organizada fez surgir no rol dos problemas de pública relevância os ecos sobre a viabilidade de se inserir a economia solidária nas agendas governamentais, um processo que no país se deu não de modo integral, articulada e estruturada, mas de modos isolados respondendo as permeabilidades políticas possíveis nos âmbitos locais e regionais.

Nessa mesma pegada das ações programáticas engajadas, **Extensão universitária: apoio à participação social para o desenvolvimento dos territórios rurais** traz a baila o potencial das ações extensionistas como articuladoras da gestão social dos territórios. Nesse artigo, os autores trazem como exemplo ilustrativo dessas trilhas extensionistas o caso do Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial (PEPEDT).

Finalizando essa seção, através do artigo **Capacidades estatais no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em minas gerais: uma análise comparada da implementação nas redes estadual e municipal** encontramos também uma reflexão acerca do potencial impacto social dos marcos regulatórios no campo da alimentação escolar. Nesse sentido, os autores, a partir da metodologia de análise de políticas comparadas na dimensão *cross time* e *cross level*, colocam em perspectiva os modelos de execução dessa política setorial adotados pelas redes de ensino municipal e estadual no estado de Minas Gerais.

Na seção Novas Rotas através do artigo **Casa nova, vida nova? Percepção dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida** somos convidados a pensar os impactos positivos e negativos na vida dos atores beneficiados pelo programa Minha Casa, Minha Vida, a partir da percepção desses atores. Não é de hoje que o ato de morar nas cidades se constitui em um verdadeiro drama na vida dos indivíduos. Não sem razão, o morar precariamente povoa o nosso imaginário coletivo, seja na literatura, seja no cancionário popular. Nestes termos, o morar no Brasil, ainda que advindo de uma política pública de grande monta, como bem ilustra o texto, pode ser associado a um certo tipo de morar portador de sofrimentos, resignações e temores. Mas também, pode ser portador de percepções de melhoria de vida, realizações pessoais e demarcadores de transformações familiares, em suma, um tipo de vento litorâneo que faz também esperar as velas desta Nau Social que busca por terras mais firmes.

Já em Bons Ventos, temos o artigo **Reflexões sobre a inserção do conteúdo “Gestão Social” no mestrado acadêmico em Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora** que se debruça sobre o conteúdo e a sistemática de avaliação da disciplina “Gestão Social” no mestrado acadêmico em Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora, conhecimento tão pertinente para aqueles que se predispõe a compreender a estruturação deste campo nas universidades.

Por fim, na seção da Rosa dos Ventos, a partir do artigo intitulado por **Economias para o Bem Viver: uma reflexão para a sociedade pós-pandemia**, a proa do nosso barco nos aponta mais uma vez para o bem viver. Esse tema que já despontou no segundo artigo da seção dos Novos Territórios, ressurgiu aqui nesse horizonte tal como uma bússola que nos orienta rumo às terras firmes nos mares habitados pela justiça social e pela cidadania. Se a palavra de ordem é esperar, o bem viver deve ser esse porto seguro que buscamos todos nesta Nau.

E retornando a pergunta que nos enveredou por essas águas: - Seu moço, pra onde assopra mesmo esse vento que nos leva? - De Bombordo ou de Boreste, seu mano? E nas águas mansas nos intermezzos entre a velha Bahia e as Alagoas ouve-se a voz de um preto velho e o seu assoviar - “Vamos chamar o vento, vamos chamar o vento, Curimã ê, Curimã lambaio, Curimã ê, Curimã lambaio, Curimã”...O mar... amar.

Referências

Chico Buarque de Holanda. Tanto Mar

Chico Cezar. Espero que nomes consigam tocar!

Dorival Caymmi. Vamos chamar o vento.

Peninha. Então ta combinado!

André Luis Nascimento dos Santos (UFBA)

Editor-chefe da NAU Social

Maria Amélia Corá (UFAL)

Editora-assistente da NAU Social